

OS OFÍCIOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA MARANHENSE COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (1893-1894)

Diana Rocha da Silva*
Mateus de Araújo Souza**
Jarina Serra Santos**

RESUMO

Este trabalho é resultado de investigações feitas pelo projeto: “CULTURA MATERIAL ESCOLAR: a escola e seus artefatos (espaço, mobiliário e utensílios de leitura e escrita)” realizado pelo Núcleo de Estudos Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Analisa as correspondências oficiais enviadas pelo inspetor da Instrução Pública do Maranhão Manoel José Ribeiro da Cunha ao vice-governador Casemiro Dias Vieira Junior e pretende compreender o processo de modernização da educação embasado nos ideais republicanos, identificando as principais reivindicações e necessidades que eram relatadas pelos professores. Identificamos as fontes e selecionamos os anos de 1893-1894 como um recorte desta pesquisa, fizemos a análise das cartas oficiais de acordo com os assuntos tratados em cada ofício, foram identificadas as categorias e ao analisá-las percebemos que o seu conteúdo é constituído em sua maioria de solicitações de licenças, pedidos de aposentadoria e transferências, solicitações para compra de materiais didáticos e utensílios. trata-se de um estudo de natureza histórico-documental, centrado no conceito de fonte para o campo da história da educação maranhense na Primeira República, período caracterizado pelas constantes transformações sociais e políticas no Brasil. Foi possível visualizar a existência de um distanciamento entre a realidade da prática docente e o discurso educacional republicano, retratado nas dificuldades enfrentadas pelos professores desde a sua formação, precária estrutura física dos espaços escolares que não oferecia condições para a ministração de aulas e pode ser motivo dos inúmeros pedidos de licença e abandonos de cadeira.

Palavras-chave: Cultura Material Escolar. Instrução Pública. Maranhão. Primeira República.

¹Doutoranda do Programa de Educação Escolar da Unesp

²Graduandos do curso de biblioteconomia da UFMA

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto do projeto: “Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos (espaço, mobiliário e utensílios de leitura e escrita) ” que tem como objetivo desenvolver estudos histórico-comparados sobre a cultura material escolar primária no Brasil. No Maranhão estes estudos estão sendo desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL) com vistas a contribuir para o avanço do conhecimento sobre o processo de escolarização da infância no Brasil.

Analisar as cartas oficiais trocadas entre o Inspetor da Instrução Pública e o vice-governador é uma forma de compreender como foi pensado o processo de modernização da educação, as principais reivindicações e necessidades dos professores, bem como, até que ponto estas carências foram atendidas por parte dos representantes legais do estado do Maranhão.

O objeto de análise são as correspondências trocadas entre o inspetor da Instrução Pública Manoel José Ribeiro da Cunha e o vice-governador do Estado do Maranhão Casemiro Dias Viera Júnior. Estas cartas tratam de assuntos como: licença e transferência de professores, pedidos de aposentadoria, solicitação de locais para realização das aulas, pedidos de utensílios escolares, entre outros. A demanda de pedidos revela a pouca estrutura física mínima de funcionamento e estrutura pedagógica também precária da educação maranhense. Os pedidos foram decorrentes da crescente demanda por instrução no território maranhense ocasionada pelas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais crescentes com a Proclamação República.

Fazemos considerações sobre o uso da fonte para a história da educação com a perspectiva da Nova História Cultural para entender nossas fontes a partir deste olhar, passando pelo contexto educacional na Primeira República com a finalidade de compreender em que situação estas cartas foram escritas, por quem foram escritas e quais os objetivos destas. Por fim fazemos a análise do conteúdo desta documentação retratando a educação maranhense e o distanciamento entre o discurso de modernização e civilidade por meio da educação que era disseminado pela República e a realidade educacional enfrentada pelas instituições de ensino do Maranhão.

2 FONTES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Para iniciarmos a discussão sobre a documentação oficial da Inspeção de Instrução Pública do Estado do Maranhão é interessante estabelecer conceitos básicos a respeito do que vem a ser o termo fontes no campo da história da educação, principalmente, de que forma ela deve ser instrumentalizada para garantir uma intangibilidade necessária ao entendimento do conteúdo sobre esta temática, dado a complexidade e multiplicidade de formas de se abordar os escritos históricos.

Fonte é apresentada por Saviani (2004) em dois aspectos principais, o primeiro vem relacionado com nascentes de água, usado para designar o começo, a origem, o ponto de partida que, relacionando com o meio acadêmico, ao mesmo tempo nasce e conduz a ideia e o pensamento como um fio de água, ou seja, aquilo que nasce “naturalmente”. O segundo refere-se ao fundamento, ponto de apoio e aspecto no qual nos embasamos para compreender certo fenômeno; esse se relaciona a outro sentido: as fontes construídas, que precisam de intervenção humana, que não são “naturais”.

Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota a história. Elas enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2004, p. 5).

No contexto da História e mais especificamente em História da educação, as fontes, por definição, são construídas e devem ser entendidas no segundo sentido da palavra, como ponto de apoio e como repositório informacional. Podem ser entendidas como testemunhas de um tempo pretérito “são marcas do que foi, são traços, cacos, fragmentos, registros, vestígios do passado que chega até nós, revelados como documentos pelas indagações trazidas pela história” (PESAVENTO 2012, p. 98). Fonte para história é definida ainda pela relação com o objeto a ser estudado e com o objetivo da pesquisa, cada problema investigado terá a fonte mais apropriada para subsidiar o trabalho e responder, ou não, as questões levantadas.

[...] as fontes para a história das instituições escolares compreendem todos os registros, dos mais variados tipos, que podemos encontrar e que, de algum modo, possam nos apresentar indícios que nos permitam compreender a história das instituições escolares. (SAVIANI, 2004, p.7).

Sendo assim, o pesquisador não deve descartar nada que o ajude a compreender a história, sejam eles registros, materiais, móveis, utensílios ou qualquer outra evidência da cultura deste outro tempo. Pois como enfatiza Pinsky (2005, p. 7) “A investigação histórico-pedagógica, a exemplo de qualquer outra investigação de caráter histórico, não se realiza sem o apoio dos fatos, dados e informações contidas em fontes”. Partindo desse princípio,

entendemos que as fontes são o fio condutor de uma pesquisa, elas revelam dados que são indispensáveis para o pesquisador, mas que por si só são insuficientes para compreender os problemas estabelecidos. Pesavento (2012, p. 97) enfatiza que “no campo da história cultural o espectro das fontes se revela quase infinito [...] tudo pode vir a tornar-se fonte ou documento para a história, dependendo da pergunta que seja formulada”. Vale, porém, ressaltar que os documentos “Só se tornam fontes quando contem pistas de sentido para a solução de um enigma proposto”. Nesse processo é interessante compreender a relação, os entrecruzamentos, as discordâncias, entre “quem fala e onde fala, o que se fala e como se fala e de quem se fala” (PESAVENTO 2012, p. 98) e suas correlações de forças entre “os seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais é possível identificar como inimigos, adversários ou forças de oposição?” (CRUZ, 2007, p. 253).

Neste sentido, é válido entender que cabe ao pesquisador a interpretação destes dados dentro de um contexto social, político, econômico e cultural contextualizando para então dar-lhes o sentido que está impresso na documentação e que não aparece em um primeiro olhar. Assim as Cartas oficiais enviadas ao vice-governador do Maranhão pelo Inspetor da instrução pública do Maranhão, nos anos de 1893 e 1894, mesmo com o título de oficiais não devem ser entendidas como absolutas e imparciais, livres das relações de poder, das influências e subjetividades presentes no contexto em que elas estão inseridas. Para isso é necessário que o historiador da educação se disponha a fazer um perene exercício de aproximação das fontes, isto é, “[...] desenvolver uma sensibilidade à leitura frente à materialidade histórica por ela assumida” (CRUZ, 2007, p. 253).

Baseamo-nos na pesquisa histórica priorizando como objeto de análise as cartas oficiais entendidas por nós como fontes primárias que na visão de Nunes (2006, p. 194, grifo nosso) são “Originais, quando se acessa por primeira vez uma determinada informação ou quando se recorre a **documentos originais e autênticos**”. Nossa preocupação no uso dessas fontes se volta para o risco de se acreditar previamente em tudo que está escrito neste documento, sem desconfiar das intenções por existentes nas entrelinhas, ou seja, não olhar para o escrito como se fosse um monumento, é necessário desconfiar ou se desviar das impressões primeiras e se “[...] perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação” (BURKE, 2012, p. 33).

As informações que extraímos destes documentos não podem ser entendidas como verdade absoluta, pois como nos instrui Saviani (2004, p. 24) “Um documento para subsidiar a história das instituições educativas não pode ser tomado em si mesmo, mas criticado, analisado, relativizado”. Sobre este ponto Pesavento (2012) defende também a ideia de que “É preciso revisitar as velhas fontes, iluminadas por novas perguntas”. Possivelmente havia interesses distintos entre as instituições de ensino e o governo.

Não podemos afirmar que o conteúdo oficial é absoluto porque é inviável confirmar o atendimento dos pedidos que foram feitos pelos professores à Inspetoria da Instrução Pública, que tinha por função regulamentar a educação, manter o controle das escolas e estabelecer de que forma os professores deveriam exercer sua profissão. Além disso, a Inspetoria da Instrução Pública servia como órgão no qual os professores recorriam para apresentação de suas necessidades e das escolas de suas localidades.

De acordo com Coelho (2014, p. 26) “A Inspetoria da Instrução Pública do Maranhão foi criada em 1841 e tinha como principal objetivo manter o controle da educação escolar da província, estabelecendo aos professores como deveriam desempenhar as suas funções. ” O inspetor Dr. Manoel José Ribeiro da Cunha que antes de exercer o cargo de inspetor da instrução foi nomeado deputado estadual do 6º distrito no ano de 1890 e, ainda redator do jornal *O Tempo* em 1878, este jornal era de cunho conservador. Nos anos de 1893 e 1894, Ribeiro da Cunha foi o responsável por remeter as demandas dos professores e das escolas maranhenses ao Vice-governador Casemiro Dias Vieira Junior que assumiu o cargo de vice-governador no dia 13 de agosto de 1893 e entregou o cargo no dia 16 de dezembro de 1896. Reivindicações estas que traziam os principais anseios e necessidades existentes no ambiente escolar do Estado.

O Governo por sua vez trazia ares de modernização, progresso e civilidade, a escola deveria refletir essa modernidade tanto em suas instalações físicas como nas disciplinas ministradas, na metodologia de ensino utilizada pelos professores, e na própria formação destes professores. Esse ideal progressista fortalecido com a república não é de fácil aplicação na sociedade maranhense, tendo como exemplo as inúmeras tentativas de criação da Escola Normal - responsável pela formação de professores - e posteriormente por não alcançar o resultado esperado fomentava o discurso político para o fechamento de suas portas colaborando com o restabelecimento dos cofres públicos (CASTELLANOS, 2012).

O debate em torno da implantação da República, no final do século XIX, defendia a remodelagem do Estado e, conseqüentemente, a formação de um cidadão que se adequasse aos ideais políticos defendidos pelos republicanos. Neste sentido, a população menos favorecida teria que compreender seu lugar nesta conjuntura que se tentava firmar, onde estavam bem definidas as posições sociais. Inicia-se, portanto, a propagação de ideais de ensino para a organização e estruturação de um Estado laico e democrático (SILVA, 2011, p. 34).

3 AS CARTAS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MARANHENSE NO FIM DO SEC. XIX.

A educação no Brasil na passagem do Império para a República sofreu mudanças que foram ocasionadas pelos crescentes ideais progressistas pensados não só para educação, mas, para a sociedade em geral. Na educação ainda existiam alunos recebendo aulas em casa ou na casa dos professores característica da educação imperial. O paradigma político era o progresso contra o conservadorismo, era a luta entre manter ou romper o *status quo*.

De acordo com Faria Filho (2010) as discussões republicanas em torno da prática educacional sofreram influências do iluminismo europeu. Estes defendiam a proposta de reformar todo o sistema de instrução no Brasil propiciando coerência e organicidade, acreditando no progresso da nação por meio do progresso das letras com um caráter moderno e nacional. Essa reforma do ensino traz novos desafios que se dariam por imponentes construções situadas nos grandes centros políticos e econômicos (CASTRO, 2011).

A realidade educacional maranhense estava distante do discurso de modernização que era pregado pela República, as escolas maranhenses ainda enfrentavam muitas dificuldades, segundo Castro (2011, p. 10) “Os edifícios onde as escolas foram ‘alojadas’ não tinham pintura, as salas eram pequenas e não haviam os objetos preciosos para que os professores pudessem atender às ideias de ensino moderno”. Sobre este assunto Silva (2011, p. 44) também enfatiza que “[...] o contexto de ensino, no final do século XIX, [foi] marcado pela precariedade, elitização e altos índices de analfabetismo por todo o País, [essa situação] deveria ser transformada de acordo com os princípios democráticos propagados pela República nos primeiros anos de sua implantação”.

Algumas tentativas para resolver este trágico problema foi a tentativa de criação da Escola Normal para formar professores normalistas que seriam os responsáveis por lecionar dentro desses padrões de escola moderna, diferente dos professores leigos sem formação

adequada que lecionavam no Império. Esta escola no Maranhão só foi criada no ano de 1890, após o fracasso de duas tentativas anteriores, sendo a penúltima província a contar com esta instituição. Passou por várias dificuldades chegando ao ponto de sofrer ameaças do trancamento de suas portas. A Escola Normal não conquistou os objetivos previstos na sua concepção, pois formou um número muito pequeno de professores e suas práticas não estarem consolidadas.

[...] diante de práticas de professores desqualificados e, até mesmo, semianalfabetos. Contudo, embora pecasse pela pobreza de fundamentação pedagógica a Escola Normal não deixou de contribuir para melhorar o nível cultural das normalistas, aprofundando-lhes os conhecimentos gerais e lhes fornecendo noções de Pedagogia. (MELO, 2012, p. 4752).

A educação maranhense nesse período ainda contava com uma série de complicadores educacionais como: ensino individual, aulas na casa de professores, em fazendas, professores desqualificados, a crise econômica que assolou o Maranhão, e ainda a resistência de algumas famílias em permitir que seus filhos fossem educados fora de casa junto com outras crianças acreditando que essa prática poderia influenciar negativamente na moral de seus filhos.

O conteúdo da documentação analisada, referentes ao ano de 1893 e 1894 revelam as reivindicações e pedidos dos professores e diretores, as necessidades de materiais, espaço escolar, pedidos de licença e aposentadoria, transferência e substituição, requerimentos de cadeira vitalícia, nomeação, entrega de exames, exoneração, pedidos de livros e reuniões do Conselho Superior de Instrução Pública.

Percebemos a desestruturação e falta de condições de ensino e aprendizagem a partir da análise das cartas oficiais redigidas ao Inspetor público da instrução pública maranhense. Nessa documentação encontramos seis casos de solicitação de utensílios e móveis que foram remetidos ao inspetor de diversas localidades do Maranhão. Em muitas dessas escolas não dispunham de objetos básicos para o bom andamento das aulas, como carteiras escolares, quadros, giz, mesas, é importante ressaltar que “O mobiliário constitui um dos itens obrigatórios de organização do espaço escolar, que lhes garante certa uniformização estética se pensarmos nas peças que o compõe.” (GASPAR; JESUS; FERBER, 2012, p. 149). Em dois desses casos o inspetor afirma não haver no orçamento recursos previstos para atender ao pedido, como o caso da professora de Trisidela, descrito abaixo.

Transmito-vos o requerimento junto, acompanhada de um pedido de utensílios que, por intermédio desta Repartição, vos dirige a professora pública interna da povoação Trisidela, no Codó, a fim de vos digneis tornar-vos, no entanto, informar-vos de que

no orçamento vigente não se acha consigna verba para tal fim. (MARANHÃO, 1893, p. 43).¹

As escolas dispunham de espaços, na maioria das vezes, inapropriados para o exercício docente. Já que muitas escolas funcionavam na própria casa dos professores. O Liceu Maranhense e a Escola Normal compartilhavam do mesmo edifício e dividiam espaços comuns como biblioteca e laboratórios. E ainda funcionava no mesmo espaço a Secretaria de Instrução Pública. Este prédio, como consta na nossa documentação, foi motivo de reunião do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado que solicitou verbas para a reforma indispensável e urgente.

Feita como se acha a aquisição daquele prédio, não pode ele preencher o fim a que é destinado sem que se realize os concertos e reparos de que carece, indispensáveis, sem duvida, a sua conservação e assim, mas também a sua adaptação a reforma do ensino, votado pelo poder legislativo e pelo governo sancionado. [...] Sabe o Conselho que o exíguo saldo que por ventura existe na verba “Obras Públicas” é nada em face das despesas a localizar, de tão insignificante que seria incursial dele lançar mão; mas, no nº 6 da tabela. E da Lei orçamentária sob nº 21 de 22 de outubro de 1892 acha-se assinada a faculdade de abertura de crédito suplementar a verba “Instrução Pública”; e se, como é certo, a urgência é tão absoluta que se torna impossível espera pela reunião do Congresso Estadual acredita o Conselho que não vos eximireis de usar daquela faculdade, na certeza prévia de que, ao expordes na próxima sessão demonstrando e justificando a necessidade de tal despesa. (MARANHÃO, 1893, p. 48).

Esta reforma idealizada em 1893, foi classificada como urgente e só teve início efetivo mais de um ano depois, como foi identificado no ofício datado de 14 de novembro de 1894, “comunico-vos que o cidadão Marcelino Valle de Asumpção, o remetente das obras, que se tem de efetuar no Lyceu Maranhense, deu começo aos respectivos trabalhos, no dia 9 do corrente” (MARANHÃO, 1894, p. 47), mostrando as diferenças entre os discursos e a realidade da educação maranhense, pois uma reforma que era para ser realizada imediatamente ainda demorou um ano para ser iniciada, por outro lado, eram escolas da capital que tinham mais recursos e uma preocupação maior do governo.

Em contrapartida a precariedade não foi percebida apenas em um aspecto estrutural e físico das escolas, a formação de professores pela escola normal também era um ponto delicado na educação maranhense, a começar pelas inúmeras tentativas de criação da Escola Normal no Estado do Maranhão que foi a penúltima Província da República onde essa escola foi implantada (CASTELLANOS, 2012). O que pudemos perceber foi um grande número de pedidos de licença por motivo de doenças, ou outros motivos que não estão claros, somando

¹ Inspetoria da instrução Pública dirigido ao vice-governador Alfredo da Cunha Martins pelo inspetor Dr. Manuel José Ribeiro da Cunha em 2 de agosto de 1893.

31 casos de pedidos; solicitação de transferências e substituição que contam 7 ocorrências, 9 pedidos de aposentadorias, 2 abandonos de cadeiras e alguns outros eventos que mostram a fragilidade da educação maranhense.

Informando a cerca do requerimento junto do professor publico de Tutóia José Simão dos Santos, que solicita três meses de licença com ordenado, para tratar de sua saúde, cumpri-me expor que, em fase do atesta com que instrui sua petição, o considero em condições de ser atendido. (MARANHÃO, 1894, p.47).

Toda essa situação vai caracterizar uma descontinuidade e um desequilíbrio na educação por conta do grande número de professores fora da sala de aula, sendo que nesse período ainda não conta com professores formados pela Escola Normal, conforme Castellanos (2012, p. 97). “A escola, iniciando em 1890 com 16 alunas e, no ano seguinte com 29, só conseguiu formar 4 docentes em 1895, período em que caiu para 8 o número de matriculados.” Entendemos que se a educação na capital tinha seus problemas a situação educacional nos interiores eram agravadas pela distância e falta de recursos financeiros, estruturais e humanos.

Dentro desta falta de recursos situam-se os recursos de materiais didáticos em geral: cadeiras, mesas, livros didáticos, espaço físico para aulas, entre outros. Encontramos uma diferenciação nos materiais que são solicitados pelas escolas da capital e pelas escolas do interior. As escolas da capital solicitam materiais didáticos e materiais para uso em laboratório.

Tornando-se necessário para a aula de Geografia do Liceu Maranhense e da Escola Normal um globo terrestre de 0,50 de diâmetro; um atlas do Brasil organizado e gravado por Claudio Lomelino de Carvalho, editado por Angelo Agustini e Paulo Roberio, um compendio de Chorografia do Brasil (curso superior) por Moreira Pinto, peço-vos que vos digneis de autorizar a respectiva despesa pela verba Q parágrafo 5º, Art. 2º, tabela 5, da lei orçamentária vigente. (MARANHÃO, 1894, p. 40).

Das escolas do interior os pedidos são referentes a questões mais estruturais: cadeiras, mesas livros, salas de aulas, quadro negro, esponja, giz, talha d'água; mostrando a precariedade dessas instituições.

Preciso de uma casa suficientemente espaçosa além de arejada e clara, para acomodar 30 meninos. Alem de 5 carteiras com dois bancos cada uma para acomodar em torno dela 6 meninos, ficando ainda espaço suficiente para eu poder andar e fiscalizar. Preciso alem disso papel, tintas penas, canetas, livros para os meninos que são tão indigentes que vem às escolas descalços [...] (MARANHÃO, 1893, p.23)².

As instituições de ensino maranhenses nesse período também revelam algumas práticas oriundas do período imperial, como no caso dos castigos físicos aplicados nos alunos

² Anexo enviado juntamente com ofício.

vale ressaltar que os castigos físicos foram proibidos em 1827 por Lei Imperial, mesmo assim encontramos no ofício de 1893 o caso do professor Estevão Corrêa Lobão suspenso por castigar alunos.

[...] tenho a informar-vos de que o peticionário Estevão Corrêa Lobão em sessão do Conselho Superior de Instrução Pública, de 18 de junho de 1889, foi suspenso por 15 dias, visto aplicar castigos imoderados bem assim por haver faltado com o devido respeito ao respectivo Delegado Literário, como tudo consta da ata dos trabalhos daquele dia. (MARANHÃO, 1893, p.22).

Esta prática de castigos físicos impostos aos alunos era fomentada por algumas famílias que não acreditavam ser possível educar sem o uso de violência. Porém a prática adotada na República era tão prejudicial quanto os próprios castigos físicos, as crianças passaram a ser vítimas de castigos morais, sendo envergonhadas e constrangidas em público.

Todos estes fatos retratados na documentação nos mostram que a modernização na educação inspirada pela República pouco mudou o cenário da educação, os ares de modernização chegaram apenas na capital maranhense e de uma forma que privilegiava na maioria das vezes a elite do Maranhão, ficando pouco acessível a educação nos moldes republicanos para as classes menos favorecidas e o interior maranhense.

4 CONCLUSÃO

As cartas oficiais nos auxiliam na compreensão da estruturação da instrução pública maranhense. Notamos grandes dificuldades enfrentadas pelos professores desde a sua formação, que não era a ideal para corresponder aos ideais republicanos posto que até a Escola Normal criada para este fim não obteve efetivos resultados, passando pela precária estrutura física dos espaços escolares que não oferecia condições para a prática docente; sem formação e sem a estrutura necessária torna-se complicado o exercício da carreira docente, o que pode ser motivo dos inúmeros pedidos de licença e abandonos de cadeira e até da docência para exercer outros cargos públicos.

O inspetor Manuel José Ribeiro da Cunha foi redator do jornal *O Tempo* de cunho conservador, não sabemos até que ponto este fato influencia sua relação com o governo, neste sentido cabe uma pesquisa mais aprofundada sobre como essas relações refletiam na educação. Outra questão a ser levantada é quanto ao distanciamento entre o discurso republicano e a realidade da prática educacional maranhense, pois mesmo 66 anos depois de

serem proibidos os castigos físicos ainda existem relatos dessa prática nos escritórios, e se as propostas educacionais da República eram realmente melhores que as do Império, ao passo que constranger uma criança em público como forma disciplinar pode ser tão prejudicial quanto os castigos físicos.

THE OFFICES OF MARANHENSE PUBLIC INSTRUCTION AS A FOUNTAIN FOR THE HISTORY OF EDUCATION (1893-1894)

ABSTRACT

This work is the result of research carried out by the project: "CULTURE MATERIAL ESCOLAR: the school and its artifacts (space, furniture and reading and writing utensils)" carried out by the Nucleus of Documentation in History of Education and Practical Readership (NEDHEL) Federal University of Maranhão (UFMA). It analyzes the official correspondence sent by the Inspector of the Public Instruction of Maranhão Manoel José Ribeiro da Cunha to the Deputy Governor Casemiro Dias Vieira Junior and intends to understand the process of modernization of education based on the republican ideals, identifying the main demands and needs that were reported by the teachers. We identified the sources and selected the years 1893-1894 as a cut-off from this research, we analyzed the official letters according to the subjects dealt with in each office, the categories were identified and when we analyzed them we realized that their content was constituted in Their majority of license applications, retirement applications and transfers, requests for purchase of teaching materials and utensils. It is a study of historical-documentary nature, centered on the concept of source for the field of the history of Maranhão education in the First Republic, period characterized by the constant social and political transformations in Brazil. It was possible to visualize the existence of a distancing between the reality of the teaching practice and the republican educational discourse, portrayed in the difficulties faced by the teachers since their formation, precarious physical structure of the school spaces that did not offer conditions for the ministration of classes and can be reason Of the numerous applications for leave and leave of absence.

Keywords: School Material Culture. Public Instruction. Maranhão. First Republic.

REFERÊNCIAS

- BURKE, Peter. **O que é história Cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. **Práticas de leitura no Maranhão na Primeira República:** entre apropriações e representações. 2007. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.
- CASTRO, Cesar Augusto (Org.). **Cultura material escolar:** a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC, RS). São Luis: EDUFMA: Café & Lápis, 2 ed. 2013, p. 7.
- COELHO, Josivan Costa. **Ofício docente disciplina escolar:** uma análise a cerca das aulas públicas primárias na Província do Maranhão (1854-1889). 2014. 68f. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto história**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez., 2007.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, P. 135 -149.
- MARANHÃO. Inspeção Geral da Instrução Pública. 1993.
- _____. Inspeção Geral da Instrução Pública. 1994.
- MELO, Sandra Maria Barros Alves. Percurso histórico da formação de professores para a escola primária no Maranhão: império e república velha. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”, 9. João Pessoa. 2012. p. 4752.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 1-12.
- SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920)**. 2011. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.
- SILVA, Vera Lucia Gaspar; JESUS, Camila Mendes de; FERBER, Luiza Pinheiro. O mínimo necessário: mobiliário escolar de escolas isoladas (Santa Catarina, 1910-1920). In: SILVA, Vera Lucia Gaspar; PETRY, Marília Gabriela. (Org.). **Objetos da escola:** espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Século XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012, p. 149-16